

Parlamento Jovem: a experiência do protagonismo juvenil no projeto Deputado Universitário Tocantinense.

Vinícius Barbosa Albernaz[1]

Édi Augusto Benini[2]

Guilherme Bizarro Salve[3]

Resumo: Os programas Parlamentos Jovens (PJs) são espaços que promovem maior aproximação do Poder Legislativo com os jovens e que buscam envolvê-los na participação político-cidadã, por meio do conhecimento prático do funcionamento do parlamento. O presente estudo propõe uma avaliação da experiência de jovens universitários no projeto Deputado Universitário Tocantinense (DUT) e busca ainda entender a contribuição da iniciativa em sua formação política, cidadã e profissional. O percurso metodológico utilizado para a realização da pesquisa foi o método quantitativo e qualitativo. A pesquisa é do tipo participante, exploratório e descritivo, e foi orientada sob a forma de estudo de caso, com informações anteriores e posteriores à participação dos universitários. A amostra contou com 30 participantes. Foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo das respostas. Constatou-se que, por meio da experiência na Assembleia Legislativa, o projeto proporcionou aos estudantes a oportunidade de conhecer a atividade parlamentar, o que possibilitou a compreensão de seu funcionamento.

Palavras-chave: Parlamento Jovem. Protagonismo juvenil. Formação política e cidadã.

1 Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Tocantins (UFT)

2 Doutor em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Palmas

3 Doutor em Ciências pela EESC/USP, professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Campus Sorocaba

***Abstract*:** *Youth Parliament programs' forums promote greater proximity of youth to the Legislative Power, as they seek their engagement in a citizen role in politics by empowering them with the knowledge of how a parliament effectively functions. This study proposes an assessment of the experience acquired by university students in the Deputado Universitário Tocantinense (DUT) project. The study aims at understanding how the project contributed to the student's political, citizenship and professional formation. The methodology adopted to conduct the research included both quantitative and qualitative methods. This participatory, exploratory and descriptive research was based on case studies, analyzing information gathered prior to and after the students' participation in the project from a sample of thirty participants. A content analysis approach was adopted to examine the answers. It was verified that, by means of the experience promoted in the State Legislative Assembly, the project provided the students with an opportunity to learn about and understand the parliament functioning. process. In this sense, through a brief review of the classic literature on the subject, are presented the issues at stake since the nineteenth century as well as new topics that emerged in this debate throughout the twentieth century. Finally, based in two presented studies in Executive context, it's proposed a research agenda on the issue in the Legislature.*

Keywords: *Youth Parliament. Youth Protagonism. Citizenship and political formation.*

1 – Introdução

Os programas denominados parlamentos jovens (PJs), ou "deputado por um dia" são interpretados pela literatura como espaços que promovem maior aproximação do Poder Legislativo com os jovens e que buscam envolvê-los na participação político-cidadã, por meio de uma experiência prática que possibilita que conheçam o funcionamento da instituição. De acordo com Cosson (2008), o PJ ou "deputado por um dia" "costuma fazer parte dos programas de educação para a democracia das escolas do Legislativo, hoje presentes na maioria das assembleias legislativas e em algumas das câmaras municipais brasileiras". Sampaio e Siqueira (2013) enfatizam que o PJ busca melhorar a imagem das assembleias legislativas e desmistificar o trabalho de um deputado. Segundo os

autores, após participarem do programa, os jovens conhecem com mais propriedade o processo legislativo e podem, com isso, obter uma postura mínima de confiança na instituição legislativa.

Tais programas são recentes no Estado do Tocantins, com histórico de início a partir da realização do projeto DUT edição de 2012, organizado pelo colegiado do Curso de Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO). Logo em seguida, no ano de 2013, a Assembleia Legislativa realizou a 1ª edição do Parlamento Jovem, conforme Resolução nº 248/2006. Recentemente, no ano de 2015, foi realizado o projeto DUT pelo colegiado do curso de Administração da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Nesse cenário, surge a necessidade de se avaliar o impacto dos programas de parlamentos jovens no Tocantins realizados pela Assembleia Legislativa do Estado e por algumas câmaras municipais. Com esse propósito, foi feita uma agenda de pesquisas para se contribuir na avaliação do projeto em tela e para propiciar subsídios para potenciais melhorias.

O presente artigo tem o objetivo de apresentar um estudo sobre as experiências dos ex-participantes no projeto DUT, analisando os ganhos potenciais, em termos de formação política, advindos da participação no projeto. Para cumprir os objetivos da presente pesquisa o estudo vislumbrou a necessidade de gerar conhecimento e preencher a lacuna entre teoria e prática, utilizando para isso a pesquisa participante. Inicialmente, revisou-se a literatura de artigos e teses que contribuíssem com o tema parlamento jovem, o que fundamentou o trabalho, haja vista que a literatura sobre o tema é nova.

Partindo desse pressuposto, a pesquisa tem como percurso metodológico uma investigação qualitativa que visou gerar conhecimento para incrementar os estudos acerca dos temas: parlamento jovem, protagonismo juvenil, formação política e cidadã de jovens e simulação do processo legislativo. Situou-se o con-

texto teórico dos projetos de parlamento jovem, para em seguida se apresentar a experiência deles no Tocantins. Procedeu-se, então, à comparação de duas edições do projeto DUT (2012 e 2015) e, focando um pouco mais em um caso, apurou-se a percepção dos participantes da edição de 2015, por meio de uma análise qualitativa e quantitativa das respostas dos jovens estudados durante o período em que vivenciaram, simularam, discutiram e debateram projetos de leis. Por fim, durante o mês de maio de 2016, realizou-se a pesquisa com os ex-participantes da edição de 2015 do projeto, com a aplicação de questionários em um universo restrito e voluntário de estudantes, onde se procurou delimitar as respostas dentro de um padrão de convergência e análise qualitativa.

Dessa forma, pretendeu-se compreender como o projeto DUT está contribuindo na formação política, cidadã e profissional dos deputados universitários. O que falta? O projeto cumpre seu papel? O que precisa ser melhorado? Como? Para responder a essas perguntas e levantar outros subsídios para incrementar a iniciativa, realizou-se uma incursão investigativa de âmbito amplo e geral e, em seguida, analisou-se o impacto singular do projeto em um grupo de participantes.

2 – Protagonismo juvenil: cidadania, participação social e política

Há no Brasil 51,3 milhões de jovens com idade entre 15 e 29 anos, o que equivale a cerca de ¼ da população do País, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Censo Demográfico, 2010). Esse arco de idade compreende também o período de transição, que constitui a etapa juvenil, marcada por trajetórias relativamente longas, intermitentes e, muitas vezes, não lineares de formação, inclusão social e desenvolvimento da autonomia.

No ano de 2005, foram criados pela Lei 11.129/2005 o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e a Secretaria Nacional de Ju-

ventude (SNJ), e foi instituído o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). No ano de 2010, a juventude foi inserida na Constituição Federal por meio da Emenda 65/2010, o que significou mais um passo importante na institucionalização da Política Nacional de Juventude (PNJ) (BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 5 de outubro de 1988). Nesse contexto, após anos de mobilizações sociais e dez anos de tramitação no Congresso Nacional, foi aprovado em julho de 2013 o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013) que estabeleceu os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude como uma obrigação do Estado.

O documento instituiu também o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve), que deve organizar em todo o País, de maneira participativa, o planejamento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das ações, planos e programas que constituem as políticas públicas de juventude (NOVAES, *et al.* 2006, p. 41).

O Estatuto da Juventude define, em seu art. 1º, que:

> § 1.º (...) são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.
>
> § 2.º. aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente. (grifo nosso)

Define ainda os direitos dos jovens brasileiros: direito à cidadania, à participação social e política e à representação Juvenil; direito à educação; direito à profissionalização, ao trabalho e à renda; direito à diversidade e à igualdade; direito à saúde; direito à cultura; direito à comunicação e à liberdade de expressão; direito ao desporto e ao lazer; direito ao território e à mobilidade; direito à sustentabilidade e ao meio ambiente; direito à segurança pública e ao acesso à Justiça.

O Estatuto da Juventude publicado pelo Conjuve define que "a juventude é uma condição social parametrizada por uma faixa etária que, no Brasil, congrega cidadãos e cidadãs com idade compreendida entre os 15 e 29 anos". Nesse sentido, para os signatários do documento, "as e os jovens são sujeitos coletivos de direitos" e, portanto, nenhum estereótipo deve impedir o reconhecimento, o exercício e a garantia de tais direitos.

As políticas públicas voltadas para a juventude, construídas por seus diversos atores sociais ligados a movimentos juvenis, trabalham o protagonismo dos jovens dentro do contexto de espaços participativos democráticos. Para Costa, vemos que:

> O Protagonismo Juvenil, enquanto modalidade de ação educativa, é a criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolver-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso (2001, p. 9).

Segundo Serafim (2008), deve haver uma relação direta entre a sociedade civil e o governo, promovida pela troca de informações, debate, deliberação e/ou intervenção, "de forma que a sociedade participe de todas as fases do processo, desde a sua definição, fiscalização e avaliação das implementações, sempre visando à partilha de poder".

É certo que a participação política da juventude é catalisadora das mudanças, mas para que essas ocorram, os jovens precisam se reconhecer enquanto sujeitos políticos capazes de interferir nas esferas políticas do seu município e do seu estado. Nesse aspecto, os jovens não devem ser vistos como parte de um problema e sim como sujeitos políticos de direitos capazes de fazerem parte da solução, entendendo que é preciso abrir espaços para que o jovem possa ser protagonista juvenil em diversos contextos e cenários.

Cabe assim ao Poder Legislativo brasileiro, representado pelo Congresso Nacional e, no Tocantins, pela Assembleia Legislativa e pelas câmaras municipais de vereadores, a responsabilidade

de realizarem programas e/ou projetos que propiciem os espaços e as oportunidades necessárias para os jovens demonstrarem os seus potenciais.

3 – Parlamento Jovem: inovação institucional no Tocantins

Os programas da natureza aqui tratados são fomentados por instituições em todo o mundo, principalmente pelas casas legislativas. Segundo Cosson (2008) as simulações de atividades parlamentares são um instrumento privilegiado de educação para a democracia e de engajamento do público escolar nas questões políticas de sua sociedade.

Na América do Sul, temos o Parlamento Juvenil do Mercosul, programa que promove a participação de estudantes do ensino médio público dos países-membros do bloco, Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, servindo como espaço para encontro e diálogo entre os jovens (Parlasur, 2014).

No Brasil, as primeiras experiências com o nome de Parlamento Jovem surgiram na Assembleia Legislativa de São Paulo (1999) e na Escola do Legislativo de Minas Gerais (2004), e foram formas opostas e diferenciadas de simulação parlamentar com jovens. Já o Parlamento Jovem Brasileiro (PJB), da Câmara dos Deputados, criado através da Resolução nº 12 de 18 de novembro de 2003, é um programa consolidado, que tem por finalidade possibilitar aos alunos de escolas públicas e particulares a vivência do processo democrático mediante participação em uma jornada parlamentar na Câmara dos Deputados, com diplomação, posse e exercício do mandato.

De acordo com Cosson (2008, p. 100) o conceito de parlamento jovem é "levar os estudantes a simular de alguma forma o funcionamento do Parlamento, assumindo por algum tempo o papel de parlamentares".

No Tocantins, buscou-se instituir um programa voltado para a educação cívica e a formação cidadã dos jovens tocantinen-

ses. Para isso, foi criado por meio do Projeto de Resolução Nº 002/2006, no dia 16 de fevereiro de 2006, o **Parlamento Estudantil,** que logo mudou de nome e passou a se chamar **Parlamento Jovem Tocantinense (PJT)**, iniciativa que foi acompanhada da aprovação de um Regimento Interno, por meio do novo Projeto de Resolução nº 248/2006 (DIARIO DA ASSEMBLEIA, 2006, nº 1503).

A primeira edição do PJT ocorreu no ano de 2013, após o caso de sucesso da 1ª edição do projeto DUT (edição 2012), em que a mesa diretora da Assembleia Legislativa do Tocantins (Alto) sentiu-se na responsabilidade de realizar um programa Parlamento Jovem, buscando cumprir a Resolução nº 248/2006. O programa ocorreu entre os dias 14 e 16 de maio de 2013 e a Alto selecionou, por meio da SEDUC, 24 estudantes com idade entre 16 a 22 anos, oriundos de todo o Tocantins (figura 1).

Figura 1 – Deputados jovens – edição de 2013



Fonte: Autores.

Os jovens passaram por todos os trâmites formais vivenciados pelos deputados estaduais, como posse, trabalhos de comissões, apresentação e aprovação de projetos, além de palestras e *workshops*. Houve também três dias de atividades,

com palestras específicas sobre temas como "transparência na administração pública", "análise de constitucionalidade" e "participação do cidadão no processo político". Os estudantes participaram ainda de visitas ao Tribunal de Justiça e ao Palácio Araguaia.

Na ordem do dia do programa, foram aprovadas todas as 24 propostas apresentadas. No final do projeto, os participantes acreditaram que a experiência foi importante porque os permitiu entender o funcionamento do Legislativo. Os projetos dos alunos foram, ainda, colocados à disposição dos deputados estaduais.

4 – Projeto Deputado Universitário Tocantinense: criação, histórico e objetivos

O projeto Deputado Universitário Tocantinense (DUT) teve seu embrião em 2012 e surgiu da iniciativa do autor desta pesquisa, na ocasião acadêmico do curso de Gestão Pública da IFTO, de realizar uma ação similar a um programa de parlamento jovem, denominado "projeto Politeia", do Instituto de Ciência Política (Ipol) da Universidade de Brasília (UNB), no qual participou como deputado universitário da Câmara dos Deputados.

Diante disso, entendendo o mérito de uma experiência e vivência parlamentar desse tipo para toda a juventude, buscou viabilizar um projeto desse tipo na cidade de Palmas (TO), dentro da realidade local, no contexto anteriormente detalhado. Para isso, convidou o Prof. Dr. Guilherme Bizarro Salve, do curso de Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), e, juntos, conseguiram aprovar um projeto de Extensão no Arranjo Produtivo Local (APL) do IFTO.

Perseguindo o ideal de realizar o primeiro programa desse tipo no Estado do Tocantins e na Assembleia Legislativa, os ideali-

zadores do projeto partiram para a sua execução. Para isso, buscaram parcerias com movimentos sociais juvenis, movimentos estudantis, bem como o apoio da Seduc e, principalmente, a parceria da Alto. Após reunião com representantes da Alto, ficou acertada a parceria. Na ocasião, foi solicitada a **alteração do nome "Parlamento Jovem", pois a** Resolução interna nº 248/2006 resguardava o nome da Casa. Diante disso, os organizadores propuseram mudar o nome do projeto de Parlamento Jovem para **projeto Deputado Universitário Tocantinense (DUT).** Assim, nascia o projeto que transformaria a vida de muitos jovens tocantinenses.

O projeto DUT recebeu inscrições de 82 jovens nas funções de deputado universitário, fotógrafo, jornalista e colaborador. No dia 27 de outubro de 2012, houve um treinamento com o público-alvo, com o objetivo de transmitir noções gerais de processo e produção legislativos, fornecendo informações para a produção dos projetos de lei e para o andamento da simulação. Nesse dia, ocorreu também a capacitação dos universitários acerca da produção de projetos de leis e da produção de pareceres de projetos de leis (relatoria de projetos de leis dos colegas deputados).

O grande momento do projeto DUT foi a realização da simulação do processo legislativo parlamentar. A simulação ocorreu nos dias 29 e 30 de novembro de 2012 e proporcionou de fato aos jovens universitários a vivência parlamentar na Casa de Leis ou na "Casa do Povo".

O projeto DUT contou com a participação de dois assessores legislativos (acadêmicos do curso de Direito), sete colaboradores (acadêmicos do IFTO e de outras IES), dois assessores de imprensa (acadêmicos de comunicação social/jornalismo da UFT), três coordenadores pedagógicos do programa e 22 deputados universitários; portanto, houve envolvimento direto de 36 pessoas no projeto (figura 2).

Figura 2 – Simulação do processo legislativo com deputados universitários – edição 2012



Fonte: Autores.

Durante a simulação do processo legislativo, foram apresentados pelos participantes 30 projetos de leis ordinárias (PLO) sobre importantes temas da sociedade, como: educação, saúde, desenvolvimento regional, segurança, cidadania, meio ambiente e outros. Isso demonstra o significativo grau de participação dos jovens, a maioria deles protagonistas juvenis e integrantes de movimentos sociais, estudantis e juvenis.

Por fim, foi realizada a entrega dos certificados com horas extracurriculares concedido pelo IFTO. Os deputados estaduais concederam, ainda, moções de aplauso àqueles que se destacaram no projeto DUT e que receberam o prêmio revelação parlamentar, organizado pelos idealizadores do projeto.

Buscando esse ideal, o autor do projeto e desta pesquisa buscou realizar uma segunda edição da iniciativa, tendo a experiência e prática (*know-how*) da edição anterior e buscando inovar na realização desse tipo de projeto. Dessa vez, o pesquisador-participante estava cursando Administração na Universidade

Federal do Tocantins (UFT) e convidou o professor Édi Benini, que aceitou o convite para participar da organização do projeto DUT edição de 2015.

Logo em seguida, os organizadores buscaram desenvolver o projeto em um novo formato, que pudesse contemplar um público maior e mais dinâmico, que, além de jovens universitários e alunos do ensino médio, incluísse pessoas cursando pós-graduação, acadêmicos de c*ampi* do interior, alunos do curso de extensão da Universidade da Maturidade (UMA) e jovens protagonistas de movimentos sociais, juvenis e outros. Portanto, após essa fase de parcerias, partiu-se para a abertura de inscrições dos participantes, por meio de convocação por edital no *site* da UFT e pelo aplicativo formulário do Google Docs. No total, foram 140 participantes inscritos interessados em participar de alguma forma do projeto DUT 2015.

Nessa nova etapa do projeto DUT, optou-se por essa estratégia metodológica de se criarem partidos fictícios e não os tradicionais utilizados pelos deputados estaduais, para se evitar uma radicalização partidária prejudicial ao projeto DUT. Nesse sentido, Cosson (2008, p. 119) afirma que tais medidas são tomadas por razões práticas, como evitar a partidarização precoce e desnecessária e a dispersão temática das demandas dos participantes. Dentro dessa estratégia metodológica, os partidos disponíveis (fictícios) para o projeto DUT foram criados de acordo com ideologias políticas existentes no Brasil.

Como processo metodológico, foi realizada a etapa de treinamento com todos os participantes envolvidos no projeto DUT 2015. Os participantes foram capacitados por meio de um curso sobre o processo legislativo (incluindo todo o *modus operandi*), o regimento interno da Assembleia Legislativa e o papel a ser desempenhado por cada um dentro do projeto (COSSON, 2008). Durante o treinamento, ocorreu também uma impactante inovação no projeto, que foi a de propor aos deputados universitários que construíssem toda a plataforma partidária de seus partidos, incluindo a construção de objetivos, princípios, finalidades, valores, direito e deveres dos filiados, normas de fideli-

dade e disciplina partidária, composição, atuação parlamentar, organização da bancada, lema, cores, bandeira e símbolos do partido (logomarca).

O objetivo da etapa acima descrita foi buscar a compreensão dos participantes acerca da importância da construção de um partido político. Para que ele serve? Onde pretendem chegar? O que seus membros querem defender no Parlamento? Depois de toda a etapa de construção "burocrática" e essencial do projeto, é chegado o seu ápice: a simulação do processo legislativo. Feita a etapa de triagem (lembrando que houve algumas desistências), essa edição do projeto DUT contou com a participação de três assessores legislativos (acadêmicos do curso de Direito), dois colaboradores (acadêmicos de outras IES), cinco assessores de imprensa (acadêmicos de Comunicação Social/jornalismo da UFT), quatro coordenadores pedagógicos do programa (organizadores) e 30 deputados-universitários; portanto, houve o envolvimento de 44 pessoas.

Figura 3–Simulação do processo legislativo – edição 2015



Fonte: Autores.

Para que os jovens pudessem entender a importância daquele momento de vivência parlamentar emancipadora, a organiza-

ção do projeto DUT, por meio dos coordenadores pedagógicos, teve o devido cuidado de monitorar, acompanhar, tirar dúvidas regimentais, cobrar posturas éticas e decoro parlamentar.

Quais são os verdadeiros benefícios de tais programas para a construção de uma sociedade mais democrática? Quais são, de fato, as variáveis que impactam a aquisição de conhecimento político dos jovens? Com relação à efetividade dos dois projetos estudados neste trabalho, apontamos algumas reflexões que serão abordadas no tópico de análise de resultados, visando alcançar o objetivo principal desta pesquisa.

5 – Análise da experiência do programa DUT

Para cumprir os objetivos da presente pesquisa, foi necessário gerar conhecimento e preencher a lacuna entre teoria e prática. Por isso, foi utilizada a pesquisa participante. Inicialmente, revisou-se a literatura de artigos e teses que contribuíssem com o tema parlamento jovem, o que fundamentou o trabalho, haja vista que a literatura sobre o tema é relativamente nova.

Pode-se dizer, ainda, que a pesquisa realizada insere-se na categoria qualitativa exploratória, empírica e descritiva, pois visa a gerar conhecimento e a entender o fenômeno/ocorrência/fato de origem social. Os pesquisadores inseridos no experimento fazem uma pesquisa de campo e, por meio da ação de simulação do processo legislativo, realizam o levantamento de dados e das informações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa sobre a formação política e cidadã dos protagonistas juvenis inseridos no projeto DUT.

5.1 – Comparativos dos Projetos DUTs — edições de 2012 e de 2015

O projeto DUT apontou que a participação política da juventude é catalisadora das mudanças, mas, para que essas ocorram, os jovens precisam se reconhecer como sujeitos políticos capazes

de interferir nas esferas políticas do seu município e do seu estado. De fato, o projeto DUT colaborou para a atuação e o protagonismo juvenil, possibilitando a discussão de projetos relevantes para a sociedade tocantinense.

O projeto DUT confirma os pressupostos desta pesquisa, demonstrando que foi possível contribuir na formação política, cidadã e profissional dos jovens, proporcionando a eles um grande fluxo de informações por meio da experiência prática com o mundo político do Poder Legislativo.

Ao vivenciarem uma sessão parlamentar, debaterem na audiência pública, criando e discutindo projetos de leis, os participantes puderam desenvolver suas competências, habilidades e atitudes (CHA) em pesquisa legislativa, negociação, retórica e debate, aplicadas à administração da vida pública como um todo.

Para Cosson (2008, p. 6):

> Junto aos conhecimentos sobre a vida política e às práticas democráticas de discussão e construção da vida em comum, os estudantes terminam por reconhecer durante e após o Parlamento Jovem o impacto das suas palavras e ações sobre os outros; a necessidade de resolver os conflitos por meio do debate, da cooperação e da ação coletiva; a importância de respeitar a posição do outro como legítima e relevante para o desenvolvimento de sua própria compreensão do mundo; e a existência fundamental de regras comuns a todos nas relações sociais. Em outras palavras, eles acabam absorvendo os valores de liberdade, equidade, justiça social e solidariedade que sustentam uma sociedade democrática.

Nas duas edições os participantes foram capacitados para criar, redigir e justificar seus projetos de leis de forma a priorizar as questões mais importantes de sua sociedade e/ou segmento representativos.

Quadro 1 – Comparativo entre os projetos

EDIÇÃO	2012	2015
Quem coordenou	Curso de Gestão Pública – IFTO	Curso de Administração UFT
Público-alvo	Estudantes universitários e estudantes do ensino médio	Estudantes universitários, do ensino médio, de pós-graduação, idosos e outros
Modo de seleção dos estudantes	Edital de seleção, ordem de inscrição	Edital de seleção, ordem de inscrição e critério técnico
Parceiros	IFTO, UFT, Assembleia Legislativa, mov. estudantil (CAs e DCE)	UFT, IFTO, Assembleia Legislativa, mov. estudantil (CAs e DCE)
Dinâmica	Simulação do processo legislativo, funcionamento das comissões e atividades no Plenário	Simulação do processo legislativo, funcionamento das comissões, atividades no Plenário e audiência pública
Tema da audiência pública	Não houve	Redução da maioridade penal
Nº de deputados por edição	26	30
Nº de partidos	10	7
Tipo de partidos	Idênticos aos existentes na Assembleia Legislativa	Temáticos, com ideologias políticas: neoliberal, socialista, comunista, sustentabilidade e outros
Criação de normas para estatuto partidário, logomarca e objetivos do partido	Não	Sim

EDIÇÃO	2012	2015
Nº de monitores	3	4
Nº de assessores legislativos (acadêmicos de direito)	2	3
Nº de assessores de imprensa (acadêmicos de comunicação social/jornalismo)	2	5
Nº de projetos encaminhados	22	42
Nº de projetos aprovados	10	20
Nº de projetos aprovados e aceitos pela Assembleia Legislativa	0	2 (estágio na Assembleia Legislativa e criação do Parlamento Universitário)
Houve premiação?	Sim. Com regulamento, Prêmio Projeto DUT	Sim. Com regulamento, Prêmio Revelação Parlamentar
Quantos premiados?	3	7 (3 deputados, 3 da organização e 1 partido)
Tipo de prêmio	Moção de aplausos e certificado.	Certificado de destaque, placa de homenagem e estágio-visita na Câmara dos Deputados
Local de realização	Plenarinho da Assembleia Legislativa do Tocantins	Plenário e plenarinho da Assembleia Legislativa do Tocantins

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os deputados universitários desenvolveram a capacidade de apresentar fatos, ideias e razões lógicas a respeito da defesa de seus ideais, e compreenderam a necessidade de respeito à opinião conflitante/divergente. Puderam, ainda, conhecer o funcionamento da Assembleia Legislativa e o seu processo de tomada de decisões, aprendendo, na prática, o jogo político que acontece no parlamento, que muitas vezes consiste em "hipotecar" a vontade de um à da maioria.

No decorrer da realização das duas edições do projeto DUT, os deputados universitários foram estimulados a criarem, debaterem, articularem e defenderem suas ideias de proposições parlamentares (projeto de lei, resolução, requerimento), para simularem, com realismo, o processo legislativo parlamentar. Como relevante produto gerado, a seguir são apresentadas algumas das principais proposições apresentadas.

Quadro 2 – Proposições dos deputados universitários

PROJETOS DE LEIS DEPUTADOS UNIVERSITÁRIOS (PLO)	
2012	**2015**
PLO 001/2012 – Institui sistema de reserva de vagas em concurso público para cargos de nível médio.	PLO 001/2015 – Institui reserva de salas para cursos de pré-vestibulares no Tocantins
PLO 002/2012 – Dispõe sobre a inclusão de aulas de empreendedorismo. Apensado ao PLO 004/2012)	PLO 002/2015 – Cria a Secretaria Geral de Licitação
PLO 003/2012 – Dispõe sobre a inclusão da energia sustentável no Estado do Tocantins	PLO 003/2015 – Criação de centro de abrigos para moradores de rua
PLO 005/2012 – Dispõe sobre a inclusão da disciplina de noções básicas de Direito Eleitoral na grade curricular das redes pública e privada de ensino do Estado do Tocantins.	PLO 004/2015 – Dispõe sobre a lei de incentivo ao primeiro emprego a jovens e adolescentes do Tocantins

PROJETOS DE LEIS DEPUTADOS UNIVERSITÁRIOS (PLO)	
2012	**2015**
PLO 008/2012 – Dispõe sobre a criação da tribuna participativa que se aplica à existência de espaço à sociedade de ter direito à palavra em sessões ordinárias periódicas na Assembleia Legislativa do Tocantins.	PLO 005/2015 – Cria a Escola Pública Estadual de Trânsito e dá outras providências
PLO 009/2012 – Dispõe sobre a criação do Plano Estadual de Educação para o decênio 2013-2022, com suas diretrizes e metas a serem alcançadas.	PLO 006/2015 – Cria o Museu Estadual da Guerrilha do Araguaia
PLO 011/2012 – Dispõe sobre a atenção primária a saúde no Estado do Tocantins	PLO 022/2015 – Cria o programa Primeiro Emprego Tocantinense
PLO 012/2012 – Dispõe sobre o ambulatório móvel rural para atendimento médico em assentamentos e comunidades ribeirinhas do Estado do Tocantins	PLO 008/2015 – Institui a Política de Participação Social e o Sistema de Participação Social
PLO 013/2012 – Institui a coleta de medicamentos vencidos ou que tiveram o uso suspenso no Estado do Tocantins.	PLO 009/2015 – Institui a Política de Estruturação e Fortalecimento das Cooperativas no Tocantins
PLO 014/2012 – Dispõe sobre a criação do auxílio transporte intermunicipal aos estudantes universitários matriculados nas Instituições de ensino superior localizadas no Estado do Tocantins	PLO 010/2015 – Dispõe sobre a mudança de nomes de escolas e instituições estaduais nomeadas em homenagem a agentes da ditadura militar
PLO 015/2012 – Institui a Secretaria de Assuntos Indígenas do Estado do Tocantins (Saind-TO)	PLO 011/2015 – Dispõe sobre a formação e implementação do programa extracurricular Pequenos Cidadãos

PROJETOS DE LEIS DEPUTADOS UNIVERSITÁRIOS (PLO)	
2012	**2015**
PLO 017/2012 – Dispõe sobre a inclusão de aulas de Educação Financeira no conteúdo curricular das redes de ensino pública e privada de ensino do Estado do Tocantins.	PLO 034/2015 – Institui cotas nas universidades estaduais para travestis, transgêneros e transexuais
PLO 018/2012 – Institui a Secretaria Estadual de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial (Semira-TO)	PLO 013/2015 – Institui o programa Saúde na Escola (Prosaes)
PLO 019/2012 – Dispõe sobre a meia passagem de ônibus intermunicipais para os estudantes universitários do estado do Tocantins.	PLO 016-2015 – Institui o programa Passe Livre Estudantil e cria o Fundo do Programa Passe Livre Estudantil
PLO 020/2012 – Dispõe sobre os sistemas de tratamento de efluentes sanitários no Estado do Tocantins	PLO 018/2015 – Dispõe sobre a criação de um fundo de assistência estudantil

Fonte: Elaborado pelos autores.

Sobre essa etapa do projeto, Cosson (2008), afirma que é "nesse momento que o PJ deixa de ser simulação parlamentar com fins educativos para assumir o papel de fórum político de jovens".

Esses dados comparativos das proposições de cada edição do projeto DUT demonstram que houve substancial conhecimento adquirido por meio dos projetos de leis criados pelos deputados universitários. Os organizadores buscaram formas de preservar esse conhecimento e difundi-lo, haja vista a importância de muitas ideias, que podem ser colocadas em prática na vida dos cidadãos tocantinenses. Assim, elaboraram manuais, regimentos internos do programa e banco de dados das proposições criadas pelos deputados universitários.

5.2. Estudo de caso: projeto DUT — edição de 2015

Os autores escolheram a edição mais recente do projeto DUT (2015) para um estudo em profundidade, que permita evidenciar seus efeitos sob os jovens que vivenciaram uma prática simulada do Poder Legislativo.

A população pesquisada foram todos os 30 ex-participantes do projeto DUT 2015. O questionário, composto por 30 questões, foi estruturado com perguntas abertas e fechadas, para que os deputados universitários pudessem conceituar suas inspirações acerca de sua participação no projeto DUT, além de suas percepções e opiniões sobre política, cidadania, voto, participação política e contribuição do projeto DUT. A pesquisa ocorreu entre os dias 17 e 28 de maio de 2016 por meio eletrônico (*e-mail*) e teve um total de 27 respondentes efetivos, o que corresponde a 90% dos participantes do projeto DUT.

A tabulação dos dados coletados foi realizada por meio da ferramenta Microsoft Excel (Versão 2010), considerando cada variável apresentada. Para análise dos dados quantitativos, foi utilizada uma análise por meio de estatística simples, organizando as informações em gráficos, visando obter informações precisas e de fácil visualização, relativas ao percentual apresentado. Para organizar e analisar os dados qualitativos, foi utilizado o programa NVivo 11 for *Windows*®; e, como metodologia, foi adotada a Análise de Conteúdo de Bardin. De acordo com Bardin (2006) "a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise comunicações".

Como estratégia metodológica, na primeira parte da análise desta pesquisa são apresentados os dados socioeconômicos dos participantes, como: sexo, idade, estado civil, renda, escolaridade, instituição que estuda e curso que está matriculado. Na segunda parte, serão apresentados os gráficos com a percepção do participante (antes do projeto). Na terceira parte, serão apresentados os gráficos com a análise formativa do participante (depois do projeto). Por fim, na quarta parte, será realizada análise dos programas denominados "Parlamentos Jovens" e seus resultados.

De acordo com a literatura apresentada no primeiro capítulo, os jovens universitários necessitam de espaços e condições para exercer sua cidadania participativa. Cosson (2008) enfatiza que isso ocorre de forma coletiva ou por meio de uma experiência pessoal de participação política e educação para democracia.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é realizar um estudo das experiências dos participantes no projeto DUT, visando identificar a contribuição do projeto na formação política, cidadã e profissional desses protagonistas juvenis. Para inferir esses dados, foi aplicado um questionário com 29 questões, que serão analisadas nas próximas seções.

5.2.1. Perfil da amostra — dados socioeconômicos

Nesta etapa, foram aplicadas oito perguntas, com o objetivo de identificar o perfil socioeconômico do participante do projeto DUT. A pesquisa revelou que os ex-participantes que responderam ao questionário têm perfis similares: a maioria são solteiros, enquadram-se na faixa de idade de 18 a 30 anos, frequentam a universidade e possuem renda entre 1 e 3 salários mínimos.

No aspecto gênero, houve considerável desproporção entre homens (81,5 % ou 22 respondentes) e mulheres (18,5% ou 5 respondentes). A pesquisa ainda identificou que 26% cursavam Direito, 11% Gestão Pública, 11% Economia, além de cursos com 4% de participação em cada, como: Administração, Ciências Contábeis, Filosofia, História, Medicina, Medicina Veterinária, Sistemas para Internet, Engenharia Civil, Educação Física, Enfermagem, Ciências Políticas, Nutrição, Serviço Social e ensino médio. Os dados dos respondentes alunos de Direito sugerem que o processo legislativo parlamentar atrai mais esse grupo específico de universitários.

Apurou-se ainda que 41% dos respondentes estudavam na Universidade Federal do Tocantins (UFT), 19% na Faculdade Católica do Tocantins (Facto), 15% no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), 24% em outras Instituições de

Ensino Superior (IES) e 4% no Colégio de Ensino Médio Rachel de Queiroz. Diante desses dados, demonstra-se que o PJ recebeu estudantes de diversas IES e fomentou a vivência parlamentar dos protagonistas juvenis dessas diversas instituições.

5.2.2. Percepção dos Participantes — diagnóstico

Esta etapa é composta por um questionário com dez perguntas abertas e fechadas, incluindo: uma pergunta que mensura o grau de interesse com escala de diferencial semântico *Osgood;* uma pergunta fechada para a qual são fornecidas respostas ao entrevistado; quatro perguntas de escala *likert;* uma pergunta semiaberta; duas perguntas dicotômicas (sim ou não) e, por fim, uma pergunta aberta qualitativa. Como forma de manter o sigilo e o anonimato dos respondentes, os participantes serão identificados por números.

Buscou-se identificar: a percepção (anterior à participação no projeto DUT) dos deputados universitários sobre os seguintes temas: política; interesse por política e notícias políticas, participação política dos deputados universitários; a importância do voto e da democracia representativa. Procurou-se também instigar os deputados-universitários a exporem suas impressões **sobre**: relacionamento com representantes; a Assembleia Legislativa do Tocantins (ALTO); atuação/trabalho dos parlamentares, o processo legislativo parlamentar e, também, as razões que inspiraram os (as) jovens a participar do projeto DUT.

Os dados da pesquisa apontaram, ainda, que a maioria dos jovens universitários se interessam por política: 70,4% se enquadraram no grau 5 (máximo) e os demais 25,9% no grau 4.

As perguntas sobre o nível de conhecimento de temas ligados a política e sobre a facilidade ou a dificuldade com o assunto revelaram que 77,8% tinham bom conhecimento sobre o tema e facilidade com o assunto; 18,5% tinham muito conhecimento sobre o assunto e 3,7% algum conhecimento e relativa dificuldade com o assunto. O conhecimento do tema e a facilidade de

lidar com ele podem ser percebidos por meio das declarações do deputado nº 17, que afirmou: "eu imaginava que o projeto DUT seria um grande aprendizado, e pude ver na prática que eu estava certo, pois foi através do projeto que aprendi mais acerca de política, tanto na prática como na teoria".

O questionário ainda revelou que o acompanhamento de notícias políticas é feito prioritariamente pela internet, em *sites* da área (74,5% dos participantes), por meio de redes sociais, como Facebook e Twitter (14,8%), ou pelo rádio (7,4%). Esses dados demonstram a importância da internet para o acesso a informações sobre política, sejam elas de *sites* especializados ou de redes sociais.

Em relação à participação política dos deputados universitários, como em associações, sindicatos, partidos políticos, movimentos estudantis (grêmio, CAs e DCEs), entidades religiosas e outras, o questionário revelou que a maioria (66,7%) participa de movimento estudantil, 55,6% participam de partido político e 18,5% de associações. Esse resultado demonstra o protagonismo juvenil dos deputados universitários, que desenvolvem atividades direcionadas aos problemas reais da sociedade, atuando com liberdade, compromisso e iniciativa (COSTA, 2001, p. 9). Para essa ideia, colabora o comentário do participante nº 1, que afirma: "participar do projeto DUT é uma simulação de uma atuação parlamentar que nos encoraja, nesse momento em que nos deparamos com a crise de representatividade, a disputar os diversos espaços políticos".

Quando perguntados se já haviam procurado algum parlamentar ou pessoa do executivo para reclamar ou cobrar alguma ação para resolver problemas do bairro, da cidade, do estado ou do País, e qual o motivo dessa aproximação, 74,1% dos participantes responderam afirmativamente e para 18,5% responderam que não, outros 3,7% responderam que haviam procurado os representantes por outros motivos, como problemas de iluminação e transporte para a faculdade.

Para as questões sobre o nível de conhecimento atual da Assembleia Legislativa do Tocantins, 44% dos participantes responde-

ram que possuem razoável conhecimento , 37 % que possuem bom conhecimento e 14,8% disseram ter ótimo conhecimento.

As respostas das perguntas sobre o conhecimento da atuação/ trabalho parlamentar demonstraram que o jovem participante do projeto DUT, em média, conhece esse trabalho. 48,1% disseram possuir bom conhecimento, 40,7%, razoável conhecimento e 7,4% declaram pouco conhecimento.

Em relação ao conhecimento do processo legislativo parlamentar da Assembleia Legislativa do Tocantins, as respostas foram as seguintes: 48,1% possuem bom conhecimento, 29,6% razoável conhecimento, 14,8% ótimo conhecimento e 7,4% pouco conhecimento. Nesse sentido, percebe-se a colaboração do projeto DUT no aprofundamento desse conhecimento. O participante nº 18 comentou que esse aprofundamento ocorreu graças à "oportunidade de conhecer de perto como funcionam os trâmites para um deputado conseguir a aprovação de um projeto de lei de seu interesse".

Quando perguntados se acreditavam que os votos dos cidadãos e a democracia representativa seriam importantes para melhoria da cidade/do estado/do País todos os participantes foram unânimes em responder que sim.

Mozzato e Grzybovski (2011) enfatizam que, na técnica de análise de conteúdo, após a pré-análise, etapa na qual o material é organizado e tornado objetivo e operacional, segue-se para a exploração desse material, realizando-se sua contagem frequencial e, posteriormente, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Nesse contexto, esta etapa aborda a pergunta de nº 18 do questionário, sobre o que inspira o jovem a participar do projeto DUT. Para facilitar a análise dos dados, na tabela 1 é demonstrada a frequência das palavras, obtida pelo *software* Nvivo 11. Nessa consulta, foram utilizados os seguintes critérios de frequência: 1- agrupamento com as correspondências exatas (palavras); 2- exibindo as mais frequentes e; 3- com comprimento mínimo de

palavra de 11 caracteres. Os dados compilados geraram as informações com as palavras mais respondidas pelos participantes, com contagem (nº de participantes) e percentual de respostas.

Tabela 1 – Consulta de freqüência de palavras – análise pré-formativa

Palavra	Extensão	Contagem	Percentual ponderado (%)
Universidade	12	14	197%
Legislativo	11	6	84%
Oportunidade	12	5	70%
Conhecimento	12	4	56%
Experiência	11	4	56%
Funcionamento	13	3	42%
Legislativa	11	3	42%
Parlamentar	11	3	42%

Base de dados 27 respondentes

Fonte: Autores.

A partir dos dados coletados, percebe-se que a palavra mais frequente é **universidade,** com 197% de frequência, seguida de Legislativo, com 84%. Demonstra-se, assim, o papel da universidade como impulsora da cultura de educação democrática no Legislativo, por meio do projeto de extensão DUT. De acordo com os dados, a palavra **oportunidade** é citada pelos participantes com frequência de 70%. Esse dado corrobora para a pesquisa levando-nos a compreender a importância de projetos como o projeto DUT na formação dos jovens.

Logo em seguida, temos as palavras **conhecimento e experiência,** citadas com frequência de 56%, o que demonstra a importância que os jovens dão a esses atributos. Como exemplo, recuperamos a resposta do participante nº 22 sobre o que a inspira a participar do projeto DUT: "aprofundar meus conhecimentos e vivências dentro dos processos políticos".

Já as palavras **funcionamento**, **legislativa** e **parlamentar** são citadas com frequência de 42%, fato que demonstra o principal interesse dos participantes ao ingressar no projeto DUT: entender o funcionamento da atividade legislativa parlamentar. Por fim, têm-se as palavras protagonismo e representatividade, com índice de frequência de 28%, seguidas de responsabilidades, com 14%.

5.2.3. Percepção dos participantes — posterior formativa

Esta etapa é composta por doze perguntas. A metodologia utilizada foi questionário com dez perguntas fechadas dicotômicas (sim ou não), uma pergunta fechada para a qual são fornecidas respostas ao entrevistado e, por fim, uma pergunta aberta qualitativa.

Na tabela 2, são apresentados os resultados das dez perguntas fechadas dicotômicas relativas à contribuição do projeto DUT na formação dos participantes, com as respectivas análises formativas:

Tabela 2 – Resultados dos questionários – análise formativa do projeto DUT

PERGUNTA	SIM (%)	NÃO (%)
19. Você acredita que sua percepção/atuação como cidadão foi alterada após a participação no PROJETO DUT?	100,0	0,0
20. Você acredita que a participação no PROJETO DUT ampliou ou despertou o seu interesse por política?	100,0	0,0
22. Depois do PROJETO DUT, você buscou mais informações sobre temas relacionados à atividade político-legislativa?	100,0	0,0
23. A participação no PROJETO DUT modificou sua percepção sobre a importância do voto dos cidadãos e da democracia representativa?	92,6	7,4

PERGUNTA	SIM (%)	NÃO (%)
24. Você acredita que a participação no PROJETO DUT alterou sua percepção quanto ao trabalho dos parlamentares?	92,6	7,4
25. Depois do PROJETO DUT, você acompanhou a tramitação de projetos de lei, matéria de seu interesse, na Assembleia Legislativa do Tocantins, Câmara Municipal, Câmara dos Deputados ou Senado Federal?	100,0	0,0
26. O PROJETO DUT estimulou a você buscar no parlamento ou no executivo a resolução de problemas do seu bairro, cidade, do estado ou do país?	77,8	22,2
27. A sua participação no PROJETO DUT fará alguma diferença quanto a sua atuação em associações, partidos políticos, entidades religiosas, desportivas ou culturais?	96,3	3,7
28. Você acredita que a participação no PROJETO DUT fez com que você melhorasse sua capacidade de discussão de temas de interesse coletivo?	96,3	3,7
29. Você estimularia outros jovens a participar do PROJETO DUT?	100,0	0,0

Base de dados 27 respondentes

Fonte:Autores.

Quando perguntados se a percepção/atuação como cidadão foi alterada após participação no projeto DUT, os deputados universitários foram unânimes ao responder que sim. A resposta do participante nº 15 demonstra a importância dessa experiência: "haja vista que a vivência dentro da casa do povo é de grande enriquecimento para meu crescimento político e como cidadã".

Nas questões relativas ao nível de interesse por política depois da participação no projeto DUT, 70,4% responderam ter muito interesse, 22,2% bom interesse e 7,4% rela-

tivo interesse. Analisando esses resultados, pode-se inferir que os jovens universitários desenvolveram o interesse em tornar-se parte de algo, tomar partido e, principalmente, terem uma participação política ativa (BOBBIO, 1983). Quando perguntados se a participação no projeto DUT ampliou ou despertou o interesse por política, a maioria dos participantes respondeu que sim. Em relação a isso, o participante nº 18 disse: "com o projeto DUT, meu interesse pela política aumentou, o projeto mostrou que dá para trabalhar muito bem como legislador, desde que haja força de vontade, o que não vimos muito na atual casa de leis do Tocantins".

Quando perguntados se a participação no projeto DUT havia modificado a percepção sobre a importância dos votos dos cidadãos, 92,6% dos participantes responderam que sim, enquanto 7,4% disseram que não. A resposta do participante nº 1 demonstra a contribuição do projeto DUT nesse processo "percebi a importância do espaço representativo e, ao mesmo tempo, a responsabilidade social que devemos ter com a população, que confia e acredita no candidato em que depositam seu voto".

Inquiridos se a participação no projeto DUT havia alterado sua percepção do trabalho dos parlamentares, 92,6% dos participantes responderam que sim, enquanto 7,4% que não. O participante nº 11 fez o seguinte comentário: "(o projeto DUT) aumentou meu interesse e percepção quanto às responsabilidades e atuação dos parlamentares". Analisando tais resultados, podemos dizer que o projeto DUT contribuiu para aumentar o conhecimento dos participantes no que diz respeito ao papel dos parlamentares, suas atribuições e responsabilidades.

Os participantes foram unânimes ao responder sim à pergunta se, depois do projeto DUT, acompanharam a tramitação de projetos de lei, matéria de seu interesse, na Assembleia Legislativa do Tocantins, Câmara Municipal, Câmara dos Deputados ou Senado Federal". O participante nº 12 fez o seguinte comentário: "O DUT nos traz a percepção de como funciona o trâmite legislativo; como estudante de Direito, o projeto contribuiu muito para meu conhecimento das instituições do País".

Em relação à questão "O projeto DUT estimulou a você buscar no parlamento ou no executivo a resolução de problemas do seu bairro, cidade, do estado ou do País?", 77,8% responderam que sim e 22,2% disseram que não. Analisando esse resultado, podemos dizer que "o DUT estimula o efetivo exercício da cidadania, ao fiscalizar os parlamentares e buscar, junto aos legisladores, formas de melhorarmos nossos bairros e cidades.", conforme declarou o participante nº 14. 96,3% dos participantes responderam sim à pergunta "a sua participação no projeto DUT fará alguma diferença quanto a sua atuação em associações, partidos políticos, entidades religiosas, desportivas ou culturais?" Um bom exemplo dessa atuação proativa foi dado pelo participante nº 17: "No meu caso, entrei em um curso universitário no qual havia inúmeras dificuldades e problemas, e, nesse mesmo contexto, uma mesma equipe que vinha gerindo o curso há anos; resolvi então tentar mudar, e, mesmo estando no 1° período, montei uma chapa, me candidatei, propus moldes totalmente novos e inéditos à frente da gestão do curso. Felizmente, a proposta foi muito bem aceita pela população acadêmica, contribuindo para que minha chapa fosse eleita".

O mesmo percentual de respostas positivas (96,3%) foi obtido pela pergunta "você acredita que a participação no projeto DUT fez com que você melhorasse sua capacidade de discussão de temas de interesse coletivo?" Essa melhoria é bem exemplificada pela declaração do participante nº 3: "Tenho participação efetiva há muito tempo no terceiro setor e também nos conselhos. Como falei anteriormente, acho que ajudou a perceber como os parlamentares atuam e suas responsabilidades. Estou tentando multiplicar no meio que convivo esse projeto e também nas políticas públicas da minha comunidade".

Na penúltima pergunta, todos responderam que indicariam outros jovens a participar do projeto DUT. Para os idealizadores do projeto, bem como para os coordenadores pedagógicos envolvidos, esse resultado é gratificante, pois estimula a realização de novas edições, possibilitando que o projeto alcance novas pessoas, gerando novos conhecimentos.

Finalmente, analisaremos a pergunta qualitativa mais desafiadora deste trabalho, a de nº 30: "explique como o projeto DUT contribui para a sua formação política, cidadã e profissional."

Seguindo a mesma abordagem utilizada na pergunta qualitativa anterior, após coleta das respostas dos participantes, novamente foi utilizado o software Nvivo 11 para facilitar a análise dos dados. Essa consulta foi realizada com os critérios de frequência: 1- agrupamento com as correspondências exatas (palavras); 2- exibindo as mais frequentes e; 3- com comprimento mínimo de palavra de 11 caracteres. Os dados compilados geraram as informações com as palavras mais respondidas pelos participantes, com contagem (n.º de participantes) e percentual de respostas demonstrados na tabela 3.

Tabela 3 – Consulta de frequência de palavras – análise formativa

Palavra	Extensão	Contagem	Percentual ponderado (%)
Conhecimento	12	14	57%
Universidade	12	14	57%
Legislativo	11	11	45%
Oportunidade	12	10	41%
Legislativa	11	8	33%
Experiência	11	7	29%
Importância	11	6	24%
Universitário	13	6	24%
Parlamentares	13	5	20%
Compreender	11	4	16%
Funcionamento	13	4	16%
Parlamentar	11	4	16%
Base de dados 27 respondentes			

Fonte: Tabulação via *software* Nvivo, realizada em junho de 2016.

A partir dos dados coletados, **constata-se** que a palavra mais frequente mencionada pelos participantes do projeto DUT nas respostas é **conhecimento,** com índice de 57%. Como o conhecimento do processo legislativo é essencial para a existência do Parlamento, podemos inferir que houve o fortalecimento da democracia, conforme diz Cosson (2008, p. 200):

> é preciso ter claro que o fortalecimento das práticas e das instituições democráticas é uma questão determinante para a própria existência do Parlamento. A equação é simples: o Legislativo, mais que qualquer outro Poder, precisa de democracia para funcionar, para existir enquanto um poder independente. Sem democracia, o Parlamento é apenas um aparato formal que homologa as decisões tomadas em outro lugar.

A seguir, apresentamos a figura 12, com as frequências de palavras (nuvem de palavras) mais mencionadas pelos participantes nas respostas à questão 30:

Figura 12 – Nuvem de palavras – Como o projeto DUT contribui na sua formação política, cidadã e profissional?



Fonte:Autores.

Os resultados da pesquisa demonstram que, de fato, o projeto DUT é eficiente em promover a formação política, cidadã e profissional de seus participantes. Os participantes do projeto DUT foram expressivamente influenciados pelo que viram e viveram no projeto, conforme se deduz pelas palavras mencionadas com elevada frequencia nas respostas ao questionário: o**portunidade** (41%), e**xperiência** (29%), i**mportância** (24%), **compreender**, **funcionamento** e **parlamentar** (16%).

Carvalho (2009) enfatiza que os programas de educação cidadã, como o PJ, propiciam essa transformação, desde que sejam adaptados para valorar a formação para a democracia e não somente o processo de simulação e de transmissão de informações políticas.

5.3 Repercussões do projeto DUT

Nesta etapa, apresentamos os tópicos e os resultados mais expressivos e concretos alcançados pelo projeto DUT no decorrer dos anos, a saber:

- O projeto DUT, edição de 2012, foi apresentado na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do Tocantins, no ano de 2013;

- Candidatura para deputado federal – após participar do projeto DUT, edição de 2012, o ex-participante Rafael Boff participou do projeto Politeia e posteriormente candidatou-se ao cargo de deputado federal no Tocantins, no ano de 2014[4];

- Apresentação no 6º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), na Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém-PA, no ano de 2014;

4 Informação pública no *site* do Tribunal Regional Eleitoral-TRE juntamente com anuência do ex-participante

- Apresentação no 1º Encontro dos Pesquisadores e Pesquisadoras de Políticas de Juventude – Participatório em Rede em Brasília-DF no ano de 2014;

- Apresentação na 1ª Mostra Cultural da 3ª Conferência Nacional de Juventude em Brasília-DF no ano de 2015;

- Projeto de Resolução para Estágios na Assembleia Legislativa – por meio do projeto da participante Amanda Fuso, assessora legislativa, com articulação da organização pedagógica do projeto DUT, foi instituído o Projeto de Resolução Nº 07/2015, de autoria do Dep. Eduardo Siqueira Campos, que instituiu o programa de contratação de estagiários na Assembleia Legislativa e adotou outras providências (DIÁRIO DA ASSEMBLEIA, Ano XXV, nº 2232, 2015);

- Projeto DUT instituído na Assembleia Legislativa – por meio de articulação política da organização pedagógica do projeto, foi instituído o Projeto de Resolução Nº 13/2015, de autoria do Dep. Paulo Mourão, que cria o programa "Parlamento Universitário" e dá outras providências (DIÁRIO DA ASSEMBLEIA, Ano XXV, nº 2263, 2015).

- O projeto DUT serviu de fonte de inspiração para o projeto Politizar, do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, e compartilhou informações sobre materiais, metodologias, regimento, etc.[5]

As repercussões do projeto DUT demonstram claramente que o projeto consolidou-se como um dos mais bem-sucedidos programas educativos voltados para a formação política e cidadã dos jovens no Tocantins. No ano de 2015, conforme mencionado anteriormente, o programa passou a ter caráter de lei e a ser chamado de "Parlamento Universitário". Assim, surge como um novo desafio a realização de novos projetos com o formato estabelecido pelo projeto de resolução, tendo em vista a diversidade

5 Disponível em: http://projetopolitizar.blogspot.com.br/p/quem-somos_11.html. Acesso em 6 de maio de 2016

de "juventudes" e o papel extensionista dos membros do curso de Administração da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstra a relevância de se realizar programas de formação política e cidadã ao público jovem universitário, dando-lhe a devida oportunidade de participarem e dizerem o que pensam e o que sentem a respeito dos problemas da sociedade e, principalmente, de escutá-los.

No cenário brasileiro, existe um forte sentimento de frustração nos jovens por não se sentirem representados no sistema político em vigor, percebendo-o com desconfiança, distanciamento e descrédito. Promessas não cumpridas, corrupção a falta de representatividade dos jovens nos espaços de poder, entre outros fatores, tendem a contribuir para esse cenário de resignação. Certamente, os governantes e políticos ainda não foram capazes de responder às demandas, principalmente dos jovens, por mais representatividade política. Nesse sentido, é necessário que os detentores do poder na administração pública façam com urgência uma reforma política que propicie mecanismos, espaços e oportunidades que garantam o acesso dos jovens ao parlamento brasileiro.

Uma cultura de participação, entretanto, não é algo que se cria ou implementa de um dia para o outro. Nessa perspectiva, tem sido muito criticada certa obrigatoriedade da participação em programas voltados "à inclusão de jovens", nos quais são utilizados artifícios em que o jovem é um mero expectador de políticas públicas, em vez de ser um protagonista atuante (NOVAES, 2006).

O projeto DUT foi capaz de estimular o protagonismo democrático de jovens tocantinenses por meio de uma metodologia inovadora, que estimula o conhecimento e a reflexão por meio da simulação de uma situação real. Logo, essa simulação proporcionou familiarização com os principais debates sobre polí-

ticas públicas que ocorrem no Tocantins e também no Brasil e seus desafios no campo societário, questões que surgem ao se dar aos jovens o devido espaço para vivenciarem, entenderem e conhecerem o parlamento tocantinense. A iniciativa conseguiu desconstruir preconceitos em relação à atuação dos verdadeiros deputados, dando devida compreensão sobre o funcionamento da Assembleia Legislativa e, em última instância, melhor conhecimento da dinâmica das instituições democráticas do Tocantins.

Não é sem razão, portanto, que os deputados universitários, no final do projeto, tendam a confiar mais nas instituições legislativas, quando comparados a jovens que não tiveram essa oportunidade. De certa forma, foi gratificante perceber que os deputados universitários são unânimes em afirmar que a experiência que obtiveram no projeto DUT foi transformadora em suas vidas, que indicariam outros jovens, relatando ainda que conheceram melhor o Poder Legislativo, as responsabilidades dos deputados e a vida política em geral. Também não acontece por acaso o despertar desses jovens para a vida política/pública, seja atuando no terceiro setor, concorrendo ao grêmio estudantil e/ou ao centro acadêmico, ou candidatando-se aos diversos cargos eletivos do estado, ou, talvez, do País (COSSON, 2008).

Vale destacar a desafiante trajetória para realizar esse tipo de programa na Assembleia Legislativa, tendo em vista toda a burocracia para se obter o acesso do público jovem universitário à Casa. Rememora-se também que, apenas após seis anos da implementação da Resolução nº248/2006, veio ocorrer um programa de Parlamento Jovem no Tocantins. Criam-se as leis, mas não as se executam.

Por fim, diante do exposto, podemos afirmar que é fundamental o jovem participar da política, pois, assim, renova-se o parlamento com novas ideias e atitudes e, principalmente, se contribui para fortalecer a própria cultura democrática do País. A participação política desperta ainda a noção de responsabilidade, que cabe a todos os brasileiros, de procurar soluções para viabilizar a construção de um país mais justo e igualitário. Por

fim, deseja-se que os subsídios advindos dos resultados desta pesquisa estimulem a condução desse programa pela Assembleia Legislativa e que se possa criar uma cultura de educação e cidadania participativas, para o bem da sociedade tocantinense e da democracia em geral.

7 – Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. 2006. (Obra original publicada em 1977)

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia:** uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRASIL. **IBGE.** Censo Demográfico, 2010.

BRASIL. Constituição (2010). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: DF, Senado, 1988.

BRASIL. Lei 12.852, de 05 de Agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre o direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, Seção 1, nº 150, p. 1-4, 06 ago. 2013.

CARVALHO, Alexandre Ventura Caçador. **O Parlamento jovem e a experiência das escolas do legislativo mineiro e da Câmara dos Deputados: o desenvolvimento da cultura cívica, propícia à democracia**. 2009. Monografia (Especialização em Processo Legislativo) – Pós-graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/CEFOR, Brasília.

COSSON, Rildo. Dois modelos de parlamento jovem: uma leitura de seu funcionamento como letramento político. In: I PHOIETOS – Simpósio Nacional sobre Política, Ética e Educação. Unicamp, **Anais...** Campinas, 2008.

COSSON, Rildo. **Escolas do legislativo, escolas de democracia**. Série colóquios de excelência; n.1, Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 2008.

COSTA, A. C. G. **Tempo de servir:** o protagonismo juvenil passo a passo; um guia para o educador. Belo Horizonte: Universidade, 2001.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **ANPAD-RAC.** Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011.

Resolução nº 12 de 18 de novembro de 2003. Dispõe sobre a criação, no âmbito da Câmara dos Deputados, do "Parlamento Jovem Brasileiro" e dá outras providências. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, p. 62498, 19 nov. 2003.

_____. Resolução Nº 002 de 18 de fevereiro de 2006. Dispões sobre a criação do Parlamento Estudantil no Tocantins e dá outras providências. **Diário da Assembleia Legislativa do Tocantins**. Palmas: TO, nº 1470. p. 3-4.

_____. Resolução Nº 248 de 08 de novembro de 2006. Dispões sobre a criação do Parlamento Jovem, no âmbito da Assembleia Legislativa, aprova Regimento Interno do Parlamento Jovem e dá outras providências. **Diário da Assembleia Legislativa do Tocantins**. Palmas: TO, nº 1503. p. 3-8.

SERAFIM, Lizandra. **Controle Social:** que caminhos? Observatório de Direitos do Cidadão/Equipe de Participação Cidadã – Instituto Polis, 2008.

TOCANTINS. Constituição (2010). **Constituição do Estado do Tocantins**. Palmas: TO, Assembleia Legislativa do Tocantins, 1989.